

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO - FACE
CURSO PEDAGOGIA - FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO PROFESSOR NOTA10

MARIA DA PENHA BORBA ROCHA
MARIA GILDA MARTINS DE SOUZA SILVA
NÚBIA RODRIGUES DOS SANTOS
ROZANA MARIA DE OLIVEIRA

**PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: UMA BARREIRA A SER
SUPERADA**

Brasília, 2006

MARIA DA PENHA BORBA ROCHA
MARIA GILDA MARTINS DE S. SILVA
NÚBIA RODRIGUES DOS SANTOS
ROZANA MARIA DE OLIVEIRA

PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: UMA BARREIRA A SER SUPERADA

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília –
UniCEUB como parte das
exigências para conclusão do
Curso de Pedagogia – Formação
de Professores para as Séries
Iniciais do Ensino Fundamental-
Projeto Professor Nota 10

Orientador: Profº Antônio
César De Brito

Brasília, 2006

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus, a nossos pais pela vida, pois sem eles nada seria possível e a nossa família pelos momentos de paciência e compreensão.

Em segundo lugar, porém não menos importante, gostaríamos de agradecer o apoio e a orientação do professor Antonio César Nascimento de Brito que tão pacientemente nos guiou na difícil tarefa de elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Dedicatória

Dedicamos esse trabalho a todos os nossos familiares, todas as pessoas que contribuíram para a realização do mesmo e a todos que torceram pelo nosso sucesso.

RESUMO

Este trabalho trata da relação entre o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais e o preconceito lingüístico nele inserido. O objetivo é incentivar os professores a buscar novas maneiras de ensinar a língua padrão, promover respeito e valorização pela forma de expressão trazida pelo aluno quando chega à escola. Os objetivos traçados foram alcançados à medida que houve mudança de postura frente ao conhecimento adquirido, desmistificação do preconceito diante dos pressupostos teóricos e propostas de ensino capazes de minimizar a exclusão social e cultural. O estudo realizado teve por princípio, analisar o preconceito lingüístico na sociedade, além de uma análise crítica da prática pedagógica em sala de aula, fundamentada em teóricos sociolingüistas que estudam a relação entre língua e preconceito, seus pressupostos teóricos, as convicções de alguns professores e a prática deles em sala de aula. Desenvolveu-se práticas de leitura e análise de textos compostos por diversas variedades lingüísticas, a fim de mostrar a diversidade na linguagem e promover valorização e respeito por todas. Também pretendeu-se mostrar a diferença entre gramática e oralidade, desvelando o preconceito. O trabalho ficou restrito a uma escola da periferia de Brasília, que tem como público alvo alunos da zona urbana e alguns da zona rural, alunos que usam a fala marginal e que têm pouco contato com a língua padrão oficial, além de dirigir seu olhar observador para a atuação de alguns professores que fazem parte dessa escola da rede oficial do Distrito Federal. Além de tudo isso, o presente TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, teve como alicerce o amor e a paixão pelo ofício de professor, a crença de que todos são iguais e o repúdio a todos os tipos de discriminação e as suas variadas formas de manifestação.

Palavras-chave: preconceito; mudança; práxis.

Epígrafe

“Há toda sorte de preconceitos sociais e nacionalistas associados com a língua, e muitas falsas concepções populares, estimuladas pela versão deformada da gramática tradicional que é comumente ensinada nas escolas. E é realmente difícil libertarmos nossa mente desses preconceitos e dessas falsas concepções: mas esse primeiro passo é necessário e compensador”.

John Lyons

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
2.1.ONDE TUDO COMEÇOU.....	09
2.2.PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: UMA QUESTÃO SOCIAL.....	10
2.3.MUDANÇA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA – UM CAMINHO.....	14
NECESSÁRIO	
2.4.CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA A EDUCAÇÃO..	20
3. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	23
3.1 RELATO DAS ATIVIDADES.....	23
4. ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUÇÃO DOS DADOS.....	25
5. CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICES.....	33

1. INTRODUÇÃO

O estudo realizado teve por objetivo analisar o preconceito lingüístico na sociedade, seu reflexo na escola, especificamente voltado para a atuação de professores que fazem parte da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O tema desta monografia é Preconceito Lingüístico nas séries iniciais, procurou-se delimitá-lo como: uma barreira a ser superada. Partiu-se do problema que pretendeu-se responder, sendo este: como superar o preconceito lingüístico em sala de aula.

A proposta do desenvolvimento do projeto foi de proporcionar uma nova visão com relação ao ensino da língua portuguesa com vistas a uma prática eficiente, pautada pelo respeito e valorização a todas variedades lingüísticas. Para tanto é necessário que se conheça e reconheça a língua falada pela maioria dos alunos das escolas públicas, uma variedade de português não padrão, diferente do português das classes cultas e privilegiadas, porém, nem por isso inferior. Segundo Bagno (2004), tudo que é considerado erro no português não padrão, tem uma explicação científica perfeitamente demonstrável. Para o autor, respeitar o modo de falar de cada pessoa, equivale a respeitar a integridade física e espiritual desta pessoa como ser humano. O autor afirma ainda que “Toda variedade lingüística é também o resultado de um processo histórico próprio”. (p. 48). Então, uma transformação do modo de encarar o português padrão para ele, faz-se necessário em todos os campos da educação, sendo uma tarefa de todos e não apenas dos professores da língua portuguesa.

O trabalho contemplou os objetivos de propor situações com vistas a diminuição do preconceito lingüístico, desenvolver o senso crítico e a conscientização diante do tema, construir novas posturas frente ao conhecimento adquirido e o de respeitar a diversidade lingüística existente em nosso país. Pretendeu-se demonstrar de maneira prática e teórica, uma forma de encarar a língua falada pelos alunos não como errada, feia, e sim

como uma língua diferente da norma padrão com sua gramática própria. Por meio de pressupostos teóricos pretende-se desfazer os mitos que cercam a língua, mitos esses que prejudicam a educação à medida que excluem e discriminam àqueles que não usam o dialeto de prestígio. Almejou-se também esclarecer a confusão existente hoje sobre língua e gramática normativa, deixando claro que uma é bem diferente da outra e o fato de uma pessoa falar diferente da escrita não significa que esta pessoa fala “errado” ou não sabe sua língua. Lemle (2001), afirma que, o professor que não entende o fenômeno da mudança da língua, acaba fatalmente acreditando na idéia de que a língua escrita é a língua certa e que aquilo que não é igual ao certo é “errado”.

Diante disso, propõe-se uma forma de se ensinar a língua padrão, não para substituir o dialeto do aluno, mas sim, para fornecer-lhe um importante instrumento de participação cultural e política e reivindicação social. Para Lemle (ibidem), a aprendizagem da língua pelo aluno deve ser lhe dada como uma porta que se abre para o vasto mundo do saber e do trabalho, e não como uma pedra tumular a atirar sobre o seu modo de falar e do seu meio. Sobre isso também afirma Bagno (2004), que o português padrão deve ser ensinado não como a única variedade existente, mas como outra variedade que ele poderá usar enriquecendo assim sua bagagem lingüística.

Finalmente, espera-se que com o resultado desse trabalho, os professores adquiram estima pelo saber do aprendiz, confiança no próprio preparo profissional e o desejo de ensinar na posição de aliado dos alunos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ONDE TUDO COMEÇOU

Quando os europeus chegaram ao nosso imenso território e o encontraram cheio de riquezas, ficaram maravilhados e dispostos a fazerem dele a sua moradia. O país, no entanto era habitado pelos indígenas dos quais herdamos uma parte de nossa cultura. O homem branco tratou de impor sua cultura e logicamente sua língua padrão.

Holanda (1993), explica que não foi tão fácil implantar a língua portuguesa no nosso país, segundo o autor, por volta do século XVII em São Vicente atual São Paulo ainda se falava a língua dos povos da terra. É claro que isso trazia muitos problemas para a administração do solo conquistado, os religiosos não conseguiam se comunicar com os nativos, já que falavam línguas diferentes, ou seja, um não conhecia a língua do outro.

Os problemas de comunicação não eram apenas estes e é significativo o relatório deixado por Antônio Pais de Andrade - governador da província -, explicando que os filhos dos portugueses, primeiro aprendiam a língua dos índios e somente depois a deles próprios. O autor fornece outros dados que nos ajudam a entender melhor a dificuldade de comunicação que existia por causa da língua falada pelos habitantes do país. Dentre esses dados, relatamos a seguir, um que chamou à atenção: Um juiz, morador de São Paulo há mais ou menos seis anos, ao fazer um inventário precisou contar com a colaboração de um conhecedor da língua da terra, para o juramento, já que nem ele e nem a beneficiada com o inventário, conheciam um a língua um do outro.

Desnecessário registrar que existia por parte dos portugueses a necessidade de consolidar sua conquista e impor seus padrões de dominação e que a língua fazia parte desses padrões.

No afã de atingir seus ideais, o sistema organizado entra em cena e instaura a implantação de uma política de soberania de reconhecimento da

língua portuguesa, através de um decreto imposto em 1757 pelo Marquês de Pombal, que o professor Bagno apresenta:

Um fato marcante da nossa história colonial, no campo da política lingüística, foi a decisão do primeiro-ministro português Marquês de Pombal, em 1757, de proibir o ensino de qualquer outra língua em território brasileiro que não fosse a portuguesa. Embora não se aprenda isso na escola (o que é bastante sintomático), durante a maior parte do período colonial no Brasil a língua portuguesa foi de uso minoritário: as línguas realmente mais empregadas por toda a população, inclusive descendentes de portugueses, eram o tupi – no atual estado de São Paulo (capitania de São Vicente) – e o tupinambá – em toda a costa brasileira, do litoral paulista até o litoral amazônico. (BAGNO, 2003, p.77e78)

O Brasil importa cultura européia e língua também. O país perde cada vez mais sua identidade e torna-se um apêndice da cultura introduzida pelos conquistadores. Os nossos índios continuam cada vez mais a serem massacrados, o que importa? Índios não têm alma, não são gente, precisam se “espiritualizar”, precisam se humanizar. Infelizmente, após tantos séculos, índios continuam sendo índios, ou seja, apenas selvagens que podem ser queimados em praça pública. Portanto, precisamos extirpá-los do seio da “nata do país” e estaremos prestando um inestimável serviço a capital da república e ao país.

Após tanto tempo do “descobrimento” do Brasil, mudou o cenário e os atores se multiplicaram. O processo discriminatório continua brotando, a mídia exerce intenso trabalho de pressão e a escola hoje mais do que ontem – mais pessoas freqüentam hoje a escola -, continua reproduzindo com maestria a ideologia das classes dominantes, das necessidades particulares, a ideologia do preconceito no qual está inserido o preconceito lingüístico.

2.2. PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: UMA QUESTÃO SOCIAL

A análise do Preconceito Lingüístico requer uma discussão em cima de duas questões fundamentais: o uso da língua padrão do Brasil, usada nos documentos oficiais, falada pelos brasileiros provenientes das classes sociais abastadas, que é ensinada nas escolas de todo o país e que é necessário

que o seja e a língua coloquial usada pela maioria do povo socialmente desfavorecido que é objeto de preconceito, compreensível, mas não aceitável, na medida em que a língua é um objeto forte de dominação.

Importante pensar que o Brasil possui, de acordo com Molica (2003), cerca de 180 línguas indígenas e mais uma população bilíngüe que são as comunidades multilingües, das quais fazem parte: português/italiano, português/espanhol, português/alemão, português/japonês. Diante desse fato é impossível que exista homogeneidade no falar do povo brasileiro, e, respeitar as diversas expressões da fala é reconhecer essa diversidade, é interagir, é fornecer subsídios para que todos tenham a mesma oportunidade principalmente no âmbito escolar. É necessário que se entenda que aceitar as diferentes formas de expressão trazidas pelos alunos ao ingressarem na escola, além de não ser um benefício é legitimar seus direitos de se manifestarem enquanto cidadãos brasileiros, e mais do que isso é fornecer subsídios para que eles se desenvolvam e aprendam a usar a língua padrão.

Atualmente existe uma grande preocupação por parte dos sociolingüistas com essa questão, com a maneira pela qual se considera o que é certo e errado no falar dos alunos que adentram os muros escolares e o processo excludente que leva ao preconceito e a conseqüente “expulsão” do aluno que não faz uso da linguagem culta em sua maneira de comunicação. Despertar os profissionais da educação para essa questão e para a aplicação de uma nova metodologia do ensino/aprendizagem do português nas escolas torna-se uma questão também de inclusão social que atenda a um dos objetivos dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais que diz:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, **atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito** (grifo nosso). (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2001, p.36)

Assim, é legítima a preocupação de alguns lingüistas com essa questão, uma vez que no ofício de professor está implícito a função de

cristalizar valores e de incentivar a não discriminação de qualquer natureza que se manifeste. Torna-se imprescindível construir uma nova maneira de ensinar o português padrão ao mesmo tempo em que se valorize o português trazido de casa pelo aluno. Nesse aspecto, Bagno (2004), alerta para o seguinte:

O reconhecimento da existência de muitas normas lingüísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja conseqüente com o fato comprovado de que a norma lingüística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma lingüística empregada no cotidiano é uma variedade de português não padrão. (BAGNO,2004,p.19).

A língua usada pelos alunos das camadas populares tem sido alvo de preconceito há muito tempo, principalmente na escola e o que é pior, por professores. As conseqüências, porém, não são tão sutis quanto as práticas, pois a escola afasta cada vez mais que suprime e discrimina, àqueles que não usam o dialeto de prestígio elegido por ela como “o certo” e único aceitável modo de falar. Com isso ela despreza as múltiplas variações lingüísticas trazidas pelos alunos que as falam em sua comunidade. Lemle (2001), afirma que há várias maneiras de falar, todas igualmente válidas, aceitáveis e respeitáveis. Mas, a escola ainda não abriu os olhos para essa questão que é muito mais complexa do que se pode imaginar pois, o preconceito lingüístico é mais um reflexo da dominação das classes privilegiadas sobre outra completamente marginalizada. Por trás de uma questão que seria somente lingüística, há uma gama de fatos econômicos e sociais determinantes de uma sociedade que é hoje uma das mais injustas com relação à desigualdade social. Giannotti (2004), sobre esse assunto, diz que o Brasil é:

O país da injustiça social institucionalizada e aceita como normal. Um país que convive, do ponto de vista pessoal, ou coletivo, sem grandes traumas psicológicos, morais, ou políticos, com um sistema de injustiça absoluta e secular.(GIANNOTTI, 2004, p.15)

O autor admite existir dois mundos, duas maneiras de vidas, duas reações frente aos acontecimentos e, portanto duas linguagens. Ao fechar os

olhos para essa realidade, a escola tenta impor o modo de falar das classes dominantes e não compreende a razão do insucesso do aluno. Segundo Lemle (2001), “O pior dos males é aquele que não é reconhecido”.(p.62). Com isso a escola perpetua o preconceito implícito na ação de privilegiar uma linguagem em detrimento de outra. Ora, se são modos de vida diferentes seria completamente visível que essa diferença se refletisse também na forma de falar e entender. Mas o que acontece, é que essa diferença, como todas as outras de cunho social, econômico e cultural se torna sinônimo de inferioridade gerando o preconceito.

Por inúmeras razões intrinsecamente ligadas aos interesses das classes dominantes, a norma padrão é também, a língua que deve ser ensinada na escola, porém, a escola transformadora deve livrar-se dos muitos preconceitos e visões deturpadas ligadas à língua, informando-se e preparando-se para fornecer ao seu aluno um valioso instrumento de participação na luta contra a injustiça e desigualdade social. Segundo Soares:

Um ensino da língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais. (SOARES, 1996, p.78)

Em contraposição a essa situação que a cada dia se acentua, entre outros fatores, devido ao desconhecimento dos fenômenos de mudança da língua pela escola, há vários estudos e pesquisas capazes de impulsionar a transformação das práticas docentes em direção a uma escola que lute em favor da igualdade social e econômica. A autora afirma que, cabe à prática pedagógica que julga a linguagem do aluno como errada, que desconhece a legitimidade das variedades lingüísticas, que censura e estigmatiza e que tenta substituir o dialeto do aluno pelo dialeto padrão, sem levar em conta as diferenças lingüísticas, culturais, sociais e econômicas, grande parte da

responsabilidade pelo fracasso das camadas populares na escola. Para ela, uma escola transformadora, não aceita a rejeição dos dialetos dos alunos das camadas populares, não só por eles serem tão expressivos e lógicos quanto o dialeto padrão, mas sobretudo, porque essa rejeição significaria uma rejeição da classe social, por meio da rejeição de sua linguagem.

Contudo, para que haja transformação no ensino da língua, é fundamental para Soares (1996), que a escola e os professores entendam que ensinar a língua não é tarefa somente técnica, mas também política. Ao escolher teorias sobre linguagem e classe social que fundamentem práticas pedagógicas para busca do sucesso escolar, a escola também expressa um compromisso com a luta contra as discriminações e as desigualdades sociais. É imprescindível que a escola esteja atenta a essa questão, não esquecendo que a língua fornece hegemonia aos grupos que estão à frente dos segmentos econômicos privilegiados, e que a verdadeira educação deve ter a função de desmontar esses grupos diminuindo a distância entre eles.

2.3. MUDANÇA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA – UM CAMINHO NECESSÁRIO

Dentro da sociedade atual, na qual convivem todas as maneiras de preconceitos e de discriminações, pessoas que realmente se importem, que façam a diferença e que resistam ao lado dos marginalizados, são ainda minoria. Felizmente, muitos professores se importam, a questão causa-lhes inquietação, muitos lutam pelo e ao lado dos menos favorecidos, uma luta árdua que às vezes causa temor, no entanto, é o caminho que, se trilhado continuamente, apresenta possibilidade de mudança e é o que pretende-se atingir. Essa mudança de postura em relação aos subalternos que se encontra imbricada nessa sociedade injusta, que por meio de suas práticas excludentes aumenta cada vez mais o contingente de párias de uma sociedade viciada em injustiça social, possui um braço forte dentro da escola.

Por essa mudança, é que se propõe um ensino de língua portuguesa diferente do atual modo, que por falta de conhecimentos lingüísticos reproduz e perpetua preconceitos. Para que essa mudança aconteça é necessário entender algumas questões relativas à língua, que a lingüística moderna pode esclarecer muito bem. Uma dessas questões, talvez a mais importante para o início da mudança é saber que:

todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. Saber uma língua, no sentido científico do verbo saber, significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dela. (BAGNO, 2004, p.35)

Partindo dessa premissa, é importante entender então que, quando o aluno chega à escola ele já domina sua língua necessitando somente, ampliar sua gramática implícita interiorizada com os elementos próprios do modelo culto padrão. Ele precisa aprender a ler e escrever, segundo Luft (1985), tendo contato com bons textos e descobrindo com o professor e toda a classe, as riquezas expressivas do seu idioma. Outra questão relevante que se pretende esclarecer é a de que existe uma confusão, segundo Bagno (2004), entre português e ortografia oficial da língua portuguesa em nível da língua escrita, já em nível da língua falada os termos que se confundem ou são tomados como equivalentes, são português, gramática normativa e variedade padrão. O professor precisa desses conhecimentos, uma vez que reproduz essa confusão na sala de aula fazendo o aluno acreditar que o seu modo de falar é “errado” e que ele precisa aprender a falar “corretamente”, seguindo o modelo da escrita que é o modo “correto” de se expressar. Com isso são anuladas as muitas variações lingüísticas existentes “reinando” apenas a variedade de português padrão, o que se sabe, não é verdade, e a lingüística tem demonstrado isso muito bem por meio de pesquisas científicas.

O professor pesquisador não terá dificuldades em tomar nota dessas e outras questões a respeito do ensino da língua, uma vez que muitas informações estão disponíveis não só nos livros de lingüística como também no próprio PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais, que é instrumento

importante em sua prática. Percebe-se que a preocupação com esse assunto não está só por conta dos lingüistas, mas em todos os órgãos ligados à educação. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – por exemplo -, encontra-se a seguinte afirmação:

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma correta de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (Apud BAGNO, 2004, p.31)

É imprescindível que o professor esteja a par dessas informações para que assim possa negar a dogmas que até hoje vigoram na cabeça de muitos que os têm como verdades absolutas. E que sua prática de ensino seja pautada pelo respeito e valorização de todas as manifestações de fala dos alunos, estando pronto para fornecer-lhes a norma padrão como mais uma possibilidade de uso e não como a única, negando e até suprimindo seu dialeto.

São diversas formas de falar, e a que o aluno dispõe não é a variedade padrão, faz-se necessário portanto, que o professor reconheça esse modo de falar. Primeiramente é preciso negar o conceito de errado atribuído a essa língua, pois é infundado por não possuir bases científicas comprobatórias de sua autenticidade. Por outro lado, o português que a maioria dos alunos das escolas públicas falam, diferente da norma culta, tem suas regras próprias reconhecidas pelos lingüistas como português não padrão e tudo que é considerado erro nesta variedade, para Bagno (2001), tem uma explicação científica perfeitamente demonstrável. Segundo o autor:

Se todos compreendêssemos que o português não padrão é uma língua como qualquer outra, com regras coerentes, com uma lógica lingüística perfeitamente demonstrável, talvez fosse possível abandonar os preconceitos que vigoram hoje em dia no nosso ensino de língua materna. (BAGNO, 2002, p. 28)

De posse desses conhecimentos que representam apenas uma porta para a busca do saber, o professor que deseja mudar o sistema de ensino do

português, poderá ousar e aplicar novas idéias, relegando o método gramaticalista e sobrepondo a ele um ensino prático, crítico e criativo. Para que assim, os alunos gostem das aulas de português, escrevam muito melhor e manejem seu instrumento de expressão com segurança e originalidade. Embora saibam menos regras do que os submetidos a um ensino tradicional, saem-se muito melhor em provas que visem testar se o candidato sabe a língua, em vez de examinar se tem conhecimento das regras.

Se a educação de um lado reproduz a sociedade, de outro possibilita mudança, os profissionais de educação agem de acordo com suas convicções e princípios, conscientemente ou não, o que torna a tarefa educacional muito complexa. A luta pela liberdade de expressão das camadas populares e pela proposta de mudança do ensino do português padrão, hoje gramaticalista, propicia o resgate do aluno oriundo das classes populares que se encontra alijado do processo educacional e que é considerado segundo Bortoni-Ricardo (2005), “portador de uma cultura sem significado”, que acaba por “expulsá-lo” da escola.

Diante da importância da atuação do educador no processo de auto-construção da leitura e da escrita, objetos do conhecimento, é que se propõe uma nova prática pedagógica, prática que leve em conta o meio sócio-cultural no qual o educando se encontra inserido e que extermine as práticas “copistas”, reprodutoras e preconceituosas, de grande número de professores que ainda acreditam que copiar e reproduzir faz parte do aprendizado, que o aluno aprende as regras gramaticais, as normas lingüísticas através da cópia e memorização de regras soltas e vazias de significados. Para Ferreiro (1985), o leitor deve ter um propósito para buscar significado no texto, nas estratégias para obter sentido no texto é necessário que haja uma transformação entre o leitor e o texto. O leitor depende do que ele acredita antes da leitura, pois toda leitura é interpretação e ler começa com o desenvolvimento do sentido das funções da linguagem escrita. É verdade que se aprende a ler, lendo. A aprendizagem da leitura é um

processo ativo no qual se extraem significados dos textos, se faz inferências, se concorda ou se discorda do autor. Diante disso, na perspectiva de mudança, é importante colocar o aluno a par das variações da língua, discutir as diferenças entre a língua escrita e falada, conduzir os alunos à reflexão e ao discernimento, encontrar o ambiente propício, o momento, o horário apropriado para tais práticas. Para Soares (1996), um ensino de língua materna que pretenda caminhar na direção de fornecer ao aluno um instrumento de participação política, deve partir da compreensão das condições sociais e econômicas que explicam o prestígio atribuído a uma variedade lingüística em detrimento de outras, deve levar o aluno a perceber o lugar que ocupa o seu dialeto e a compreender o porque da estigmatização desse dialeto.

Entra em jogo então, a sensibilidade do educador e seu conhecimento a respeito da mudança na linguagem e suas variações, a busca pela história interessante, a história que desperte curiosidade, que desperte o prazer de ler e conseqüentemente o amor ao livro. O usuário competente da língua culta, segundo Bagno (2004), não é estimulado por meio do ensino de normas, de teorias, de exercícios repetitivos, de conteúdos expostos através de regras prontas sem o mínimo de reflexão, que não fazem parte de sua vivência e que os alunos “aprendem” única e exclusivamente para usar durante as avaliações (ou seria melhor dizer provas) mas, que logo em seguida esquecem. Em vez de repetir alguma coisa, afirma o autor, que o professor deveria refletir sobre ela. Para ele:

Em vez de reproduzir a tradição gramatical, o professor deve produzir seu próprio conhecimento da gramática, transformando-se num pesquisador em tempo integral, num orientador de pesquisas a serem empreendidas em sala de aula, junto com seus alunos. (BAGNO, 2004, p.117)

Propõe-se a eliminação do “ensino gramaticalista”, utilizado por Luft (1997), pesquisador e professor de português, que se refere ao termo como aquele que:

“abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo”, (LUFT, 1997, p.21)

ou seja, produz exatamente o contrário do que se pretende alcançar, ou seja, construir em novas bases o ensino/aprendizagem, o ensino que desperta curiosidade no educando, o ensino que desperta a arte do pensamento, o pensamento reversível, que faz com que o aluno se torne sujeito de seu próprio conhecimento, que é um dos objetivos dos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Há, por fim, a necessidade de se utilizar novos métodos de ensino da língua portuguesa padrão, no difícil e profundo exercício de pensar do educador convicto de sua função social, do educador que acredita no potencial que os alunos trazem para a escola e que se propõe a despertar esse potencial, alicerçado na leitura – somente através da leitura é possível escrever e falar bem -, e que o fará em princípio, através da apresentação de textos vivos, interessantes e que fazem parte da realidade do educando, textos compostos de frases curtas, que ajudarão o aluno a interagir com a língua materna, a colocar questões aos textos voluntariamente e atribuir-lhes significados. A partir de então, o aluno mais confiante, será apresentado a textos mais longos e mais complexos e que gradativamente lhe propiciará absorver as normas e regras lingüísticas, ultrapassando dessa maneira a barreira que arrasta tantos alunos para fora da escola. Segundo Luft (1985):

Esse novo ensino requer professores competentes e seguros, livres e muito bem informados do que ocorre no campo das pesquisas sobre linguagem. Não, porém, para impingir ao aluno novas teorias, e sim para, junto com o aluno, praticar a língua _ única maneira de fazer com que o estudante a domine, a maneje melhor, e se sinta senhor dela, não seu servo humilhado e inseguro. (LUFT, 1985, p.108)

Ainda dentro desse enfoque, o filme pode ser utilizado como mais uma ferramenta com grandes possibilidades de exploração dentro do contexto escolar, e particularmente no desenvolvimento da leitura, a utilização desse recurso previamente selecionado, definido seus objetivos e sua forma de abordagem torna-se um instrumento valioso dentro dessa nova proposta. A

partir do momento em que também se faz uso do áudio visual, o ensino/aprendizagem torna-se mais prazeroso e desperta muito mais interesse. Quando bem planejado, pode introduzir novos conhecimentos, culturas e hábitos diferentes, ajudando no desenvolvimento do pensamento.

Com relação a esse assunto, Almeida (2001), faz a seguinte afirmação:“(...) é importante porque traz para a escola aquilo que ela se nega a ser e que poderia transformá-la em algo vivido e fundamental (...)”.(p.48).

Concluindo e para que não restem dúvidas, esta não é uma proposta de abolição do ensino da norma culta nas escolas, muito pelo contrário, é a busca de melhores condições de ensino que despertem o interesse do aluno pelo saber, pela melhor maneira de comunicação, que lhes possibilite construir frases coesas, produzir textos coerentes e “ler o mundo”, dentro da proposta do mestre Paulo Freire. Que finalmente forneça condições de leitura, que não significa simplesmente fornecer o acesso aos livros, mas sim despertar o aluno para o texto e para o diálogo que ele fará com o texto e que o ajudará a internalizar as normas da língua padrão que se encontram inseridas no texto e que é um dos grandes obstáculos para o aluno proveniente das classes menos favorecidas.

Em suma a mudança que se propõe aqui resume-se enfim no pensamento de Luft (1985), quando o autor propõe:

Um ensino libertador, a libertação pela palavra: será esse o grande objetivo a ser perseguido em nossas aulas de língua materna. Libertado, e consciente de seus poderes de linguagem, o aluno poderá crescer, desenvolver o espírito crítico e expressar toda a sua criatividade. (LUFT, 1985, p.110)

2.4. CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA A EDUCAÇÃO

A sociolingüística é uma das subáreas da Lingüística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando à atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos lingüísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e

sociedade, focalizando precipuamente os empregos lingüísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo.

Todas as línguas são heterogêneas. Evidenciando uma diferenciação geográfica, onde os pronomes de tratamento se manifestam de maneiras variadas nos diversos estados brasileiros.

A sociolingüística observa essa variação, entendendo como princípio geral e universal, sendo influenciadas por fatores estruturais e sociais.

As áreas de interesse da sociolingüística são: contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção lingüística, multilingüismo, variação e mudança.

O Brasil convive com mais de uma língua, somos plurilíngües, além do português, no nosso território existem 180 línguas indígenas.

Guimarães & Orlandi citam que:

As escolas chegam a ensinar, ou ensinavam até bem pouco tempo, que no Brasil só se fala uma língua. Ou seja, não era só que a lei estabelecesse uma nomenclatura oficial brasileira. Mais que isso, o ensino apagava todas as demais línguas faladas no Brasil: todas as línguas indígenas(quase duzentas) e as línguas dos imigrantes.(ORLANDI & GUIMARÃES, 1996, p.137).

A escola deve buscar não reproduzir em seu espaço de aprendizagem, um conhecimento que gere discriminação lingüística e preconceitos, pois, a sociedade produz o seu próprio conhecimento a partir da realidade em que se vive.

A lingüística tem o mesmo interesse científico para com todas as comunidades e a Sociolingüística considera a importância social da linguagem, desde os pequenos grupos sócio-culturais a comunidades maiores. Pois, se cada grupo tivesse comportamento lingüístico idêntico, não teria motivos para ter um olhar sociolingüístico da sociedade.

Mollica & Braga ressaltam que:

Cabe a sociolingüística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos lingüísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático. Assim, compreende-se que a variação e a mudança são contextualizadas, constituindo o conjunto de parâmetros um

complexo estruturado de origens e níveis diversos. (MOLLICA & BRAGA, 2003, p.11)

Encontram-se nas variáveis internas fatores fono-morfo-sintáticos, os discursivos e os lexicais, que dizem respeito a características da língua em diversas dimensões, bem como o nível do significante, do significado e os subsistemas de uma língua. As variáveis da língua externa constitui-se de fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os sociais (escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau e formalidade e tensão discursiva).

Todas as manifestações lingüísticas são legítimas e previsíveis. Os padrões lingüísticos estão sujeitos a avaliação social positiva e negativa, determinando o tipo de inserção do falante na escala social.

Os sociolingüistas debatem o preconceito lingüístico, enfocando que as práticas pedagógicas estão centradas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tendo como referência o padrão culto. As línguas possuem uma diversidade, onde o falante adquire primeiro as variantes informais e no processo sistemático pode apropriar-se de gêneros e estilos mais formais.

Toda língua possui variantes mais privilegiadas que outras, e os estudos sociolingüísticos contribuem no sentido de destruir preconceitos lingüísticos e de relativizar a noção de erro.

Para Dionísio & Bezerra:

A expressão linguagem designa uma *faculdade humana*, isto é, a faculdade de usar signos com objetivos cognitivos. A linguagem é um dispositivo que caracteriza a espécie humana como *homo sapiens*, ou seja, como sujeito reflexivo, pois pela linguagem conseguimos nos tornar seres sociais racionais. Assim, a linguagem é um fenômeno humano, hoje tido como inato e geneticamente transmitido pela espécie. (DIONÍSIO & BEZERRA, 2005, p.22)

3. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A modalidade de pesquisa desenvolvida neste projeto foi a pesquisa metodológica, cujo objeto de questionamento foi o modo como é ensinado o Português Padrão nas escolas públicas. Os participantes do projeto foram os alunos das séries iniciais – 3ª série do diurno, 3ª série do noturno (EJA - Educação de Jovens e Adultos) e professores da Escola Classe Agrovila São Sebastião, situada na região administrativa de São Sebastião. Como foi dito anteriormente, esta instituição está inserida em uma comunidade carente de recursos materiais e humanos, pois os pais destes alunos trabalham nos centros deixando seus filhos por um longo período sozinhos, em creches ou com empregadas. A comunidade escolar é proveniente da área urbana e alguns da zona rural. Foram realizadas práticas de leitura e análise de textos com diferentes variedades lingüísticas, bem como, debates e discussões a respeito do tema. Foi aplicado também, um questionário para os professores desta escola, abordando o assunto em questão.

3.1. RELATO DAS ATIVIDADES

Com os alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos, foram utilizado dois textos, o primeiro foi a música “Xote das meninas” de Marisa Monte (apêndice nº 1) e o segundo texto foi “Língua” de Caetano Veloso (apêndice nº 2). A turma foi dividida em quatro grupos. Dois deles receberam a música Xote das meninas e os outros dois receberam o texto “Língua“. Primeiramente leram, depois ouviram e cantaram as músicas. Em seguida cada grupo fez comentários sobre os textos.

Foi explorado também em outro momento, o texto “O poeta da roça” de Patativa do Assaré (apêndice nº 3), onde é valorizado a fala da sua região, pois o texto é descrito como ele realmente fala. Não foi explorado a escrita das palavras, mas sim o que o texto trazia de informações, de

valorização da língua, e as características que se identificavam com a fala e a vida dos alunos.

Com os alunos da terceira série, foi exibido o filme da turma da Mônica que conta com a participação do personagem Chico Bento, cuja fala é bem regional portanto desconhecida pelos alunos. Logo após foi realizado um debate sobre a diferença na linguagem observada no filme onde o professor procurou desfazer o mito da fala “errada” e inferior propondo aos alunos reflexão e análise sobre as informações. É importante registrar a fala de uma aluna: “é feio falar errado, é ignorante quem fala assim”.

Em outra oportunidade os alunos fizeram uma produção de texto. Neste momento o professor procurou conduzi-los à reflexão sobre a diferença da linguagem oral para a linguagem escrita, combatendo o preconceito inserido na forma de pensar que a língua “correta” é aquela que se aproxima ou é igual à escrita.

Fizeram leitura de diversos textos com diversas variedades na linguagem e foram levados a refletir sobre a frase: “A diferença deve ser considerada como erro?” Promoveu-se um debate sobre o assunto conduzido pelo professor que fornecia informações e incitava os alunos a pensarem, a opinarem e a formarem suas próprias opiniões a respeito do tema.

Por fim aplicou-se um questionário (apêndice nº 4) aos professores desta escola com a finalidade de desvelar o preconceito presente e imperante nas práticas desses docentes.

4. ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Por meio das atividades desenvolvidas em sala de aula, foi possível observar entre outras coisas, que existem palavras com vários sentidos, só que para a maior parte da população não significa nada, pelo fato dessas palavras não fazerem parte do seu contexto social. De acordo com Giannotti (2004), uma pequena parcela da população têm capacidade de entender uma linguagem mais elaborada.

Em uma das atividades, desenvolvida com os alunos, a turma foi dividida em grupos e esses grupos receberam dois textos para análise. O grupo que recebeu a música “Xote das meninas” (apêndice nº 1), conseguiu entender a idéia central do texto. Já os outros dois grupos que ficaram com o texto “A língua”, (apêndice nº 2), não conseguiram entender a mensagem que o texto continha, pois o texto possuía uma linguagem mais complexa. Em seguida, os textos foram trocados entre os grupos e o mesmo aconteceu.

Ficou claro nesta prática que existem dois tipos de linguagem, como afirma Giannotti (ibidem), em seu livro Muralhas da linguagem, que a divisão da sociedade em dois mundos, encontra-se também na linguagem, ou seja, na compreensão de uma fala ou de um texto. O autor também ressalta ainda que:

Para quem não teve a oportunidade de sentar, por anos, nos bancos da escola, uma linguagem complicada pode ser uma tortura. Exigirá um esforço infernal para tentar entender. Uma corrida atrás do sentido de muitas palavras. Mas este esforço, na maioria das vezes, resulta em um escorregar sem parar a cada palavra não compreendida, que impede de acompanhar o raciocínio. (GIANNOTTI, 2004, p.100)

Foi aplicado um questionário (apêndice nº 4) para vinte e um professores das séries iniciais desta escola. Um professor possui especialização, doze professores possuem nível superior completo, sete nível superior incompleto e apenas um só cursou o Ensino Médio. Diante da pergunta sobre a reação deles ao modo de falar do aluno, todos afirmaram

que, de uma forma, ou de outra, corrigem o seu modo de falar. Observa-se que há neste modo de pensar, uma preocupação em corrigir a forma de falar do aluno considerada como errada. O mito da fala “errada”, o de que existe uma única maneira de falar que é a norma culta, prejudica a educação à medida que exclui as diversas manifestações da linguagem suprimindo e inculcando insegurança no aluno que conseqüentemente se retrai por não saber falar “corretamente”. Soares (1996), sobre esse assunto afirma que:

Uma prática pedagógica que julga a linguagem do aluno como errada, pobre, porque a avalia segundo a distância que a separa do dialeto de prestígio, considerado como a norma, o padrão; (...) uma prática que ignora as múltiplas determinações – econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas – de que a escola e as variedades lingüísticas são produtos. Certamente, cabe a essa prática pedagógica grande parte da responsabilidade pelo fracasso das camadas populares na escola. (SOARES, 1996, p.77)

É exatamente o contrário das orientações dos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais sobre esse assunto pois, para ele a escola precisa livrar-se dos vários mitos, inclusive o de que existe uma forma “correta” de falar, para poder cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão.

Sobre a importância de ensinar a norma culta desde a alfabetização, apenas um professor afirmou não ser importante pelo fato de ser uma língua estranha para eles. Os outros afirmaram que é preciso ensinar o aluno a falar “corretamente” desde o início, por ser a língua instrumento de ascensão social. Quando afirmam ser necessário ensinar o aluno a falar “corretamente” desde o início, os professores desconsideram ou não têm conhecimento de que o aluno quando chega à escola já domina sua língua, pois o fazem por volta dos três anos de idade, necessitando segundo Bagno (2004), de ampliar sua gramática implícita e interiorizada conforme o modelo padrão, que deve ser ensinado não para substituir seu dialeto, mas para servir-lhe de uma oportunidade a mais de comunicação. Para Lemle (2001), depois que o aluno aprende a representar por escrito o seu falar nativo, aprende o vocabulário, a sintaxe e a ortografia convencionais do português escrito.

Quando questionados se a escola atual colabora com o processo de igualdade social e econômica, por meio do ensino da língua, apenas dois afirmaram que a escola não colabora, pois abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem e gera aversão ao ensino do idioma por meio de um ensino gramaticalista. Um respondeu que a escola colabora ensinando ao aluno a gramática, considerada conteúdo primordial para a formação do usuário competente da língua e os outros afirmaram que a escola colabora à medida que ensina ao aluno a falar e a escrever “corretamente”. Ao afirmar que a escola colabora para o processo de ascensão social ensinando a gramática o professor reproduz a confusão feita entre língua e gramática normativa. Entretanto, quando afirmam que a escola colabora para tal processo ensinando ao aluno falar e escrever corretamente, os professores admitem haver uma única forma de falar regida pela norma culta, negando assim, a existência de variações lingüísticas presentes no âmbito escolar, provenientes do meio social em que a escola se insere. O desconhecimento da mudança na linguagem, seu processo histórico e até a existência de diversas formas de falar – todas igualmente aceitáveis e respeitáveis -, influenciam e até determinam as práticas de professores que assim pensam e concebem o ensino da língua. Não é preciso reafirmar que vivos e soberanos reinam nessas práticas, mitos e preconceitos.

Foram questionados também sobre a importância do reconhecimento das múltiplas variedades lingüísticas por parte dos professores e apenas sete afirmaram ser importante pelo fato de haver várias maneiras de falar, todas igualmente respeitáveis. Os outros consideram importante, porém, afirmaram que isso não deve interferir na postura do professor no que se refere a ensinar a forma “correta” de falar. Percebe-se no geral que há uma preocupação muito grande por parte dos professores em ensinar o aluno a falar “corretamente” e que esse ensino na maioria das vezes deve ser feito impreterivelmente por meio da gramática. Ficou clara a atuação do preconceito lingüístico nas práticas dos docentes desta escola à medida que

reproduzem os mitos e dogmas presentes nesta sociedade acerca do ensino da língua.

Finalmente foram convidados a expressar suas idéias sobre a afirmação da autora Míriam Lemle (2001), quando esta diz que:” Há várias maneiras, todas igualmente aceitáveis e respeitáveis de falar a língua”. (p.60). Houve respostas do tipo: “Não concordo, pois é péssimo falar errado e a escola tem a obrigação de ensinar ou então para que serve as aulas?”; esta frase resumiu o papel da escola em ensinar o aluno a “falar”. Outro exemplo que merece destaque: “E há uma maneira de expressar essa língua dentro das normas gramaticais...”. Os professores que assim pensam perpetuam e reproduzem o preconceito lingüístico, pois desconhecem o português não padrão falado pela maioria dos seus alunos, os fenômenos da mudança na língua nada representa para eles, a diferença de linguagem determinada pelos fatores econômicos, sociais e culturais nunca lhes passaram pela cabeça, e assim continuam reproduzindo o ensino da língua pautado pelo radicalismo gramatical, buscando um ensino que faça do aluno um executor de regras memorizadas e esperam - sem sucesso -, fazer dele um usuário competente da norma culta.

Após essa análise, considera-se que o problema que se lançou no início do projeto foi devidamente respondido, pois verificou-se que há necessidade de superar o preconceito lingüístico na sala de aula, responsável em grande parte pelo fracasso escolar das camadas populares, impedidas de aprender uma nova forma de falar que lhes possibilite lutar contra as desigualdades sociais. O caminho para essa superação também ficou claramente apontado, sendo este, a busca pelo conhecimento acerca da ciência da linguagem amplamente divulgada por lingüistas e órgãos ligados à educação. Assim sendo o professor que interessar-se pela mudança na forma de ensinar a língua materna, não deve se conformar em reproduzir informações infundadas e sem o mínimo de reflexão em sua sala de aula e sim, deve juntamente com seu aluno analisar, refletir, comparar e

construir seu próprio conhecimento sobre a língua, fazendo-se senhor dela e não seu escravo, humilhado e fracassado.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho de conclusão de curso foi elaborado na perspectiva de propor situações de ensino com vistas à diminuição do preconceito lingüístico, de modo que haja mudança na práxis dos docentes. Diante disso pode -se afirmar que os objetivos traçados foram alcançados, pois ficou claro que tais preconceitos provêm de mitos infundáveis que prejudicam a educação à medida que são reproduzidos em sala de aula por professores, que vêem a linguagem do aluno como pobre e deficiente. O aluno, por sua vez, ao sentir-se inferior e incapaz de tornar-se competente no uso de seu próprio dialeto, acaba desestimulado e indiferente às riquezas do idioma de seu país.

Com a realização deste trabalho, pode-se concluir também que o preconceito lingüístico que está inserido na sociedade, projeta-se nas práticas dos professores, independente do grau de formação deles.

Reverter esse quadro, pode-se dizer que é um “trabalho de formiga”, pois mudar a maneira de se ensinar português padrão nas escolas, requer em primeiro lugar entender o fenômeno da mudança na língua, reconhecer que a linguagem falada pelos alunos é válida como qualquer outra, tanto quanto à norma padrão e aceitar que a maneira atual de ensinar é discriminatória. Nem todo professor está preparado para entender e aceitar essa posição.

É necessário que se crie projetos de formação continuada para os professores, com essa nova postura frente ao ensino da língua portuguesa nas escolas. É necessário que os órgãos oficiais despertem para essa questão e que ofereçam suporte, através de oficinas voltadas para esse tipo de formação. Mas, primordialmente é necessário que o profissional de educação, após refletir profundamente sobre sua prática na área da língua, aceite que existe uma maneira menos dolorosa e mais eficaz de ajudar o aluno a aprender sua língua oficial e que esteja disposto a buscar novas

maneiras de ensinar que levem seu aluno a se tornar competente no uso da língua padrão de seu país.

Interessante pensar, que quando iniciou-se esse trabalho, a visão do preconceito em relação a língua, já existia. Porém, acreditava-se que alguns docentes não estavam inclusos nesse universo. Com o desenrolar do trabalho, diante das pesquisas realizadas, foi possível perceber que o universo é muito maior do que se acreditava.

Finalmente é importante ressaltar, por meio das pesquisas percebeu-se que não é impossível mudar, pois ainda são poucas, mas já existem escolas transformando o sistema de ensino da língua atual, por um ensino que prepara o aluno para ser senhor de seu dialeto, livre das regras impostas pela gramática normativa, esse aluno amplia sua gramática interiorizada por meio de textos vivos, que despertam a curiosidade e o senso crítico, tornando-se verdadeiramente um usuário competente da língua culta. Porém para que isso aconteça o professor deve abandonar os mitos e dogmas, tornar-se um pesquisador atento às mudanças sobre a ciência da linguagem e sobretudo produzir o conhecimento junto à seu aluno, tendo-o como aliado num processo investigativo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Milton J. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico**. 29. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. **Língua de Eulália: Novela sociolingüística**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. **A norma oculta: Língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora?** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- DIONISIO, Ângela Paiva, BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- FERREIRO, Emília. **Os processos de Leitura e Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- GIANNOTTI, Vito. **Muralhas da linguagem**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs). **Língua e Cidadania: O Português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. Companhia das Letras, 1995.
- LEMLE, Míriam. **Guia Teórico do Alfabetizador**. 15 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- LUFT, Pedro Celso. **Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino**. 5 ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- MOLLICA, Maria Cecília, BRAGA, Maria Luiza (orgs). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO: **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Língua Portuguesa, 5ª a 8ª Séries. Brasília: MEC, 2001.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 14 ed. São Paulo: Ática, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE Nº 1**XOTE DAS MENINAS (Marisa Monte – composição:Luís Gonzaga
e Zé Dantas)**

Mandacaru quando fulorá na seca
É um sinal que a chuva chega no sertão
Toda menina que enjôa da moneca
É sinal de que o amor já chegou no coração
Mais comprida não quer mais sapato baixo
Vestido bem cintado não quer vestir gibão

Ela só quer só pensa em namorar
Ela só quer só pensa em namorar

De manhã cedo já tá pintada
Só vive suspirando sonhando acordada
O pai leva ao doutor a filha adoentada
Não come nem estuda não dorme nem quer nada

Ela só quer só pensa em namorar
Ela só quer só pensa em namorar

Mas o doutor nem examina
Chamando o pai do lado
Lhe diz logo em surdina
Que o mal é da idade
E que para tal menina
Não há um só remédio
Em toda medicina

Ela só quer só pensa em namorar

Ela só quer só pensa em namorar

De manhã cedo já tá pintada

Só vive suspirando sonhando acordada

O pai leva ao doutor a filha adoentada

Não come nem estuda não dorme nem quer nada

Ela só quer só pensa em namorar

Ela só quer só pensa em namorar

APÊNDICE Nº 2**LÍNGUA (Caetano Veloso)**

Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar
A criar confusões de paródia
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para prosa
Assim como o amor está para amizade
E quem há de negar que esta lhe é
Superior
E deixa os portugueses morrerem à míngua
“Minha pátria é minha língua”
Fala Mangueira!
Fala!

Flor do Lácio Sambódramo
Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode
Esta língua?

Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas
E o falso inglês relax dos surfistas
Sejamos imperialistas

Vamos na velô da dicção choo choo de
Carmem Miranda
E que o Chico Buarque de Holanda nos
Resgate
E xeque -mate-explique-nos Luana
Ouçamos com atenção os deles e os delas
Da TV globo
Sejamos o lobo do lobo do homem

Adoro nomes
Nomes em ã
De coisas como Rã e imã
Nomes de nomes
Como Maria da Fé, Scarlet Moon
Chevalier,
Glauco Matoso e Arrigo Barnabé, Arrigo
Barnabé,
Flor do Lácio...

Se você tem uma idéia incrível
É melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível
Filosofar em alemão
Blitz quer dizer corisco
Hollywood quer dizer Azevedo
E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o Recôncavo
Meu medo!
A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria: tenho mátria
Eu quero é fátria
Poesia concreta e prosa caótica

Ótica futura

Ta craude brô você e tu lhe amo

Que é que eu faço, nego?

Bote ligeiro

Samba-rap, clic-left com banana

Será que ele estás no Pão de Açúcar

Nós canto-falamos como quem inveja

Negros

Que sofrem horrores no gueto do Harlem

Livros, discos, vídeo à mancheia

E deixa que digam, que pense, que falem

APÊNDICE Nº3
O POETA DA ROÇA

Sou fio das mata, Cantô da mãos grossa,
Trabaio na roça, de inverno e de estio.
A minha chupana é tapada de barro,
Só fumo cigarro de paia de mio

Sou poeta das brenha, não faço o papé
De argum menestré, ou errante cantô
Que veve vagando, com sua viola,
Cantando, pachola, à percura de amô.

Não tenho sabença, pois nunca estudei,
apenas eu sei o meu nome assiná.
Meu pai, coitadinho! Vivia sem cobre,
E o fio do pobre não pode estudá.

Meu verso rastero, Singelo e sem graça,
Não entra na praça, no rico salão,
Meu verso só entra no campo e na roça
Nas pobre paioça, da serra ao sertão.

Só canto o buliço da vida apertada,
Da lida pesada, das roça e dos eito.
E às vez, recordando a feliz mocidade,
Canto uma sodade que mora em meu peito.

Eu canto o caboco com suas caçada,
Nas noite assombrada que tudo apavora,
Por dentro da mata, com tanta corage
Topando as viage chamada caipora.

Eu canto o vaquero vestido de coró,
Brigando com o toro no mato fechado,
Que pega na ponta do brabo novio,
Ganhando lugio do dono do gado.p

Eu canto o mendigo de sujo farrapo,
Coberto de trapo e mochila na mão,
Que chora pedindo o socorro dos home,
E tomba de fome, sem casa e sem pão.

E assim, sem cobiça dos cofre luzente,
Eu vivo contente e feliz com a sorte,
Morando no campo, sem vê a cidade
Cantando as verdade das coisa do Norte.

(ASSARÉ, Patativa do. Cante lá que eu canto cá. 5. ed.
Petrópolis, Vozes, 1984. p.20-1)

APÊNDICE Nº 4

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA-UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO-FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO NOTA 10

Questionário para análise, a ser respondido por professores das séries iniciais do ensino fundamental, da rede de escolas públicas do Distrito Federal.

Grau de instrução do entrevistado: () Ensino Médio; () Superior incompleto; () superior completo;

1. Qual a sua reação diante do modo de falar do aluno (por exemplo: bassora, passarim, causo de que, dificuldade, nósis foi, pobrema; ou seja, o dialeto do seu meio social) ?

() Corrijo na hora, pois é minha obrigação ensinar-lhe a falar “corretamente”.

() Não corrijo na hora mas, posteriormente procuro ensinar-lhe a norma culta.

() Finjo que não ouvi e repito a palavra “correta”.

() Não interfiro no modo de falar do aluno.

2. Qual a importância, no seu ponto de vista, de ensinar a norma padrão desde a alfabetização?

() É importante pois, a escola deve ensinar o aluno a falar corretamente desde o início..

() É necessário pois, quando o aluno chega à escola ele não tem vocabulário.

() Não é importante porque a norma culta é estranha para o aluno recém chegado à escola.

() Considero importante porque como o próprio nome diz, é a norma padrão do país.

3. Em que sentido, a escola atual colabora, por meio do ensino da língua, para o processo de igualdade social e econômica?

() No sentido de que se ensina a língua culta que é instrumento de ascensão social.

() Colabora ensinando a gramática, conteúdo primordial para a formação competente do usuário da língua culta.

() Ensinando o aluno a falar e a escrever corretamente oferecendo-lhe assim oportunidade de ascensão social e econômica.

() Não colabora à medida que abafa os talentos naturais, incute insegurança na linguagem e gera aversão ao idioma por meio de um ensino gramaticalista.

4. Você considera importante que haja por parte dos professores , o conhecimento e o reconhecimento das múltiplas variedades lingüísticas? Por quê?

Sim, pois há diversas maneiras de falar, todas igualmente respeitáveis.

Não, pois é inadmissível certos modos de falar e o professor pode e deve corrigi-los.

Não, porque a função do professor entre outras, é de ensinar o aluno a forma correta de falar.

Sim, mas isso não deve interferir na postura do educador no que se refere a ensinar a forma correta de falar.

5. Reflita sobre a frase: “Há várias maneiras, todas igualmente aceitáveis e respeitáveis de falar a língua”.(LEMLE, 2001,P.60) Expresse suas idéias sobre a afirmação da autora emitindo sua opinião:-----

